

Maia considera inviável manter atuais juros

O PDT, se ganhar a eleição, não aceitará pagar os juros de 1% do PIB ao mês que vêm onerando a dívida interna por decisão do governo. Pelo menos é isto que garante o deputado César Maia. Aliás ele, está convencido de que estes juros "catastróficos" não serão pagos por ninguém. A questão da dívida interna parece preocupar menos os economistas do PSDB, José Serra, e do PRN, Zélia Cardoso de Mello. Serra acha que com a queda da inflação e a volta da confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos internos haverá uma automática solução para a questão dos papéis do governo hoje rolados no overnight. Os financiadores do governo serão confrontados com uma espécie de "rol de lavanderia" no qual constarão todas as opções para reestruturação da dívida: mecanismos de natureza tributária, venda de patrimônio do Estado e conversão pelo mercado. Todas são formas de aumentar os prazos dos papéis vendidos pelo governo, mas que só serão factíveis depois da queda da inflação. "Alongar a dívida com uma inflação de 1% ao dia é utópico", garante Serra.

César Maia discorda. "É a maior mentira do mundo dizer que o governo que derruba a inflação é capaz de equacionar a dívida interna", afirma o economista do PDT. Ele garante que esta proposta favorece o mercado financeiro, que fica como único beneficiário do ajuste feito pelo governo para equilibrar suas receitas e despesas. Seria o equivalente ao mercado financeiro propor: "Todo o ajuste duríssimo que vocês fizerem é para pagar a dívida para nós e depois que tivermos certeza que vocês podem honrar vamos aceitar títulos de maiores prazos", imagina Cesar Maia. O economista do PDT defende a tese de que é preciso debater este assunto publicamente para "socializar a informação" que as elites têm de que existem problemas com a dívida interna. De qualquer maneira, ele nega que seu partido esteja pensando em calote como o de impor um imposto sobre os ativos financeiros.

Os juros pagos ao mercado financeiro também assustam o economista do PT. Aloisio Mercadante critica o fato de que no próximo orçamento NCz\$ 34 bilhões estão reservados para o pagamento dos juros e isto é quatro vezes mais do que os investimentos programados. "Nós estamos cortando 21% dos investimentos na agricultura e 6% nos investimentos da educação e pagando este ano 9% do PIB em juros. Como se pode viabilizar uma sociedade subordinada a esta lógica?", pergunta-se. Mesmo assim, ele garante que o PT sabe a importância do mercado financeiro. "Queremos negociar e negociar não é golpe. Não queremos destruir um instrumento importantíssimo de política econômica que é a capacidade de o Estado financiar seus gastos através do endividamento", garante Mercadante.